

RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.134 - MG (2016/0214275-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADOS : VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA E OUTRO(S) -
MG072922
ARNOLDO WALD - SP046560A
ALEXANDRE DE MENDONCA WALD - MG001242A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ Fl. 669):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INTERESSE DIFUSO MINISTÉRIO PÚBLICO - LEGITIMIDADE. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - AUSÊNCIA DE CONVENCIMENTO DO FUMI/S BONI JÚRIS - IRREVERSIBILIDADE DO PROVIMENTO.

Estando evidenciados, no caso, os interesses/direitos coletivos ou individuais homogêneos, pois a situação é genérica para todos aqueles consumidores, já que se trata de seguro de vida em grupo, não havendo a necessidade de exame particularizado da situação de cada um deles, legítima é a atuação do Ministério Público, na propositura da ação civil pública.

Para o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário que o julgador esteja convencido da aparência do bom direito, e que o provimento seja reversível."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 684/687).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 535 do CPC/73, 1º, 5º, 13 e 21 da Lei de Ação Civil Pública, 1º, 5º, I, 6º, VII, 'd', da Lei Complementar n.º 75/93 e 81, 82, I, e 100 do CDC, além de divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que (a) há negativa de prestação jurisdicional; e (b) o Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública quando se tratar de direitos individuais, "*notadamente os disponíveis de caráter exclusivamente econômico, sem maior relevância social*", como é o caso sob análise (fl. 697);

Apresentadas contrarrazões às fls. 911/919.

Ouvido o Ministério Público Federal, reiterou as contrarrazões apresentadas pelo Ministério Público Estadual às fls. 911/919.

É o relatório. Passo a decidir.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

De outro lado, a Corte de origem manteve a decisão, em que se reconheceu a legitimidade do Ministério Público para propor a presente ação civil pública, nos seguintes termos (fls. 672/673):

"A legitimidade do Ministério Público, para ingressar com a ação em benefício do grupo de segurados, foi apreciada com profundidade pelo despacho agravado e, quanto a isto, não merece reparo.

Aliás, em situação semelhante, decidiu o STJ:

(...)

No caso em exame, entendo evidenciados os interesses/direitos coletivos ou individuais homogêneos, pois a situação é genérica para todos aqueles consumidores, já que se trata de seguro de vida em grupo, não havendo a necessidade de exame particularizado da situação de cada um deles.

Portanto, legítima a atuação do Ministério Público".

A matéria em debate já foi objeto de manifestação desta Corte Superior.

Com efeito, a jurisprudência este STJ firmou-se no sentido de que, "*quando se trata de interesses individuais homogêneos, a legitimidade do Ministério Público para propor Ação Coletiva é reconhecida se evidenciado relevante interesse social do bem jurídico tutelado, atrelado à finalidade da instituição, mesmo em se tratando de interesses individuais homogêneos disponíveis. Nesse sentido: RE 631.111, Relator: Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 7/8/2014, DJe-213; REsp 1.209.633/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 4/5/2015*" (AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1499300/MG, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2016, DJe 29/09/2016).

Em reforço, confira-se o recente julgado:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERESSE DE AGIR. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CONFIGURAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. RELEVÂNCIA SOCIAL QUALIFICADA. SEGURO. CONSUMIDOR. RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. CONTRATAÇÃO E RENOVAÇÃO. PAGAMENTO À VISTA. SEGURADORA. RECUSA DE VENDA DIRETA. CONDUTA ABUSIVA. CONDENAÇÃO GENÉRICA. EFEITOS ERGA OMNES. ABRANGÊNCIA. TERRITÓRIO NACIONAL. DIVULGAÇÃO. REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. PÁGINAS OFICIAIS E DO FORNECEDOR. SUFICIÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público estadual visando compelir seguradora a se abster de recusar a contratação ou a renovação de seguro a quem se dispuser a pronto pagamento, ainda que possua restrição financeira junto a órgãos de proteção ao crédito.

3. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

4. O Ministério Público está legitimado para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais. Na hipótese, consideradas a natureza e a finalidade social das diversas espécies securitárias, há interesse social qualificado na tutela coletiva dos direitos individuais

homogêneos dos consumidores, alegadamente lesados por prática abusiva do ente segurador.

5. *Nas relações securitárias, a interpretação do art. 39, IX, do CDC é mitigada, devendo sua incidência ser apreciada concretamente, ainda mais se for considerada a ressalva constante na parte final do mencionado dispositivo legal e a previsão dos arts. 9º e 10 do Decreto-Lei nº 73/1966. 6. Existem situações em que a recusa de venda se justifica, havendo motivo legítimo o qual pode se opor à formação da relação de consumo, sobretudo nas avenças de natureza securitária, em que a análise do risco pelo ente segurador é de primordial importância, sendo um dos elementos desse gênero contratual, não podendo, portanto, ser tolhido. Aplicabilidade do art. 2º, § 4º, da Circular SUSEP nº 251/2004, que estabelece ser obrigação da seguradora, no caso de não aceitação da proposta de seguro, proceder à comunicação formal, justificando a recusa.*

7. *No que tange especificamente à recusa de venda de seguro (contratação ou renovação) a quem tenha restrição financeira junto a órgãos de proteção ao crédito, tal justificativa é válida se o pagamento do prêmio for parcelado, a representar uma venda a crédito, a evitar os adquirentes de má-fé, incluídos os insolventes ou maus pagadores, mas essa motivação é superada se o consumidor se dispuser a pagar prontamente o prêmio. De qualquer maneira, há alternativas para o ente segurador, como a elevação do valor do prêmio, diante do aumento do risco, visto que a pessoa com restrição de crédito é mais propensa a sinistros ou, ainda, a exclusão de algumas garantias (cobertura parcial).*

8. *Os efeitos da sentença proferida em ação civil pública versando direitos individuais homogêneos em relação consumerista operam-se erga omnes para além dos limites da competência territorial do órgão julgador, isto é, abrangem todo o território nacional, beneficiando todas as vítimas e seus sucessores, já que o art. 16 da Lei nº 7.347/1985 (alterado pelo art. 2º-A da Lei nº 9.494/1997) deve ser interpretado de forma harmônica com as demais normas que regem a tutela coletiva de direitos. Precedentes.*

9. *Ao juiz é possível dar concretude ao princípio da publicidade dos atos processuais (arts. 5º, LX, da CF e 83 e 94 do CDC), determinando a adoção das técnicas que mais se compatibilizam com as ações coletivas. Suficiência da divulgação da decisão condenatória na rede mundial de computadores, notadamente em órgãos oficiais, bem como no sítio eletrônico do próprio fornecedor (art. 257, II e III, do CPC/2015), a evitar o desnecessário dispêndio de recursos nas publicações físicas, sem haver o comprometimento de as informações atingirem grande número de interessados.*

10. *Recurso especial parcialmente provido.*

(REsp 1594024/SP, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 05/12/2018)

Dessa forma, observa-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, não merecendo qualquer reparo.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

